



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	-1. FEV. 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

# Esquerda começa recuperação

Cáceres Monteiro

## 1. Família, Pátria e Autoridade

Dois meses transcorridos desde o acto eleitoral que deu a vitória à AD, quase um mês sobre a posse do VI Governo, começa a instalar-se, em certos sectores da opinião pública que votaram naquela coligação, um sentimento de frustração. A confirmar-se tal desencanto, a coligação no Poder não deixará de ter problemas nas eleições do Outono.

Até agora, o Governo jogou para «o seu público fiel», confundindo o sentimento de faixas restritas da população portuguesa com desejos mais generalizados.

Não deixa de ser algo surpreendente o estilo exercitado nestas primeiras semanas de actividade governativa. Esperariam muitos que o gabinete de Sá Carneiro e Freitas do Amaral imprimisse à sua acção uma linha de moderação susceptível de alargar a sua influência mesmo para além da dimensão do electorado de Dezembro de 79. Pelo contrário, depois de um mau começo em termos de imagem exterior, derivado dos acesos conflitos no âmbito da maioria parlamentar, Freitas do Amaral saltou para a garupa do «cavalo do poder» e encetou um tropeço que está a deixar surpresos os meios políticos.

Como se Portugal não fosse um país mergulhado numa profunda crise, as relações externas passaram para o primeiro plano das atenções da opinião pública nacional, pelo simples facto do principal líder do segundo partido da coligação ser ministro dos Negócios Estrangeiros. O CDS que no II Governo escolheu os mercados (lembrem-se as matutinas visitas de Basílio Horta aos centros de abastecimento de capital) como «terreno de luta», elege, agora, como número de primeira atracção, a agressividade diplomática, no quadro dos embaixadores como na cruzada em defesa patrioteirista da «civilização cristã e ocidental». É, acima de tudo, este ímpeto, e o estilo em que se desenvolve, mais do que o fundo de algumas das questões, que deixa perplexos alguns cidadãos comuns. Em termos estritamente partidários não se pode negar correcção à jogada do CDS. Freitas do Amaral, prejudicando a imagem do Governo, afirma-se como um mau vice-primeiro-ministro. Apesar disso, é um bom presidente de partido ou, mais exactamente ainda, segue a linha adequada à sua posição de líder da maioria do seu partido.

Aos olhos da opinião pública, a primeira imagem da prometida mudança é o afastamento do ex-primeiro-ministro, a continuação da guerrilha política e o aumento do preço dos combustíveis.

Perante estas manchetes, a imagem de autoridade que queria transmitir com as medidas de «moralização e racionalização» da Administração Pública quase surge esbatida. E eis aqui, na Administração Pública, um outro campo de acção do vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral.

Como se isso não bastasse, do outro tema que enche as páginas de alguma imprensa (que trocou a «irreverência» de há poucos meses por uma marcada oficiosidade desmesurada) é ainda Freitas do Amaral o protagonista: a Família.

Abstemo-nos de referir os aspectos que a assunção deste valor, da forma em que é feita, em termos ideológicos. Notemos, apenas, que em defesa da Família se levantam, em longos e elevados discursos, Freitas do Amaral, Ribeiro e Castro e Teresa Costa Macedo, todos membros do Governo do CDS.

O CDS (partido que, se não fora a inteligente jogada dos seus principais dirigentes ao conseguirem a frente que acabou por se traduzir na AD, teria sido reduzido nas eleições a uma força relativamente pequena), surge como uma espécie de motor do VI Governo. O milho dos pardais é avidamente mastigado, porque todos sabem que vem aí o gavião.

Mesmo para os observadores menos atentos se torna evidente que Sá

Carneiro está a evitar um desgaste directo em termos de opinião pública, guardando a sua projecção para melhor altura.

O que não quer dizer que, dado que a maioria das pessoas não é obrigada a entender certas subtilidades da política, ele não acabe por ser arrastado pelo turbilhão que se agita.

Em certa medida, o VI Governo copia as maneiras e os trejeitos do gabinete de Mota Pinto, a sua agressividade, a sua arrogância, o seu anticomunismo, o seu revanchismo, sem aproveitar a lição da desgraça do professor de Coimbra.

Não seria fácil nem conveniente para ele que, na presente fase, Sá Carneiro surgisse a demarcar-se de Freitas do Amaral. Mas já é mais estranho que o presidente da comissão política do PSD, Pedro Roseta, caia no ridículo de afirmar, na Assembleia da República, que são habituais em Melo Antunes as posições de defesa das teses do PC, falando ainda, em referência ao presidente da Comissão Constitucional, na «amalgama estalinista». Alguém se poderá lembrar de perguntar aos passageiros da traseira do cavalo onde estavam eles em 25 de Novembro de 1975. E a resposta pode não ser fácil.

Tal ridículo pode encontrar paralelo na atitude da imprensa afecta ao próximo do PCP, que relatou as palavras de Melo Antunes e referiu a chegada de Beirão omitindo a referência à comparação entre Shkarov e Lurdes Pintasilgo...

## 2. Que vai cantar Abril?

Por seu turno, a imprensa que exprime posições próximas da AD esforça-se por desdramatizar as relações entre o Presidente da República e o Governo.

Contudo, os pontos de fricção não faltam: do caso Lurdes Pintasilgo à substituição de Soares Louro, das comemorações do Dia das Comunidades à diferente forma de entender as relações com as ex-colónias, da não ida de Melo Antunes para a ONU à atitude face aos Jogos Olímpicos.

Ninguém quer começar antes de tempo uma refrega mais do que certa. Mas depois do carácter ofensivo que para Eanes assume o discurso de Freitas do Amaral em Estrasburgo é provável que, nos próximos dias, a tensão assumirá aspectos explosivos.

O tempo decisivo é esse fundamentalíssimo mês da vida portuguesa que será Abril.

O 25 de Abril será comemorado pela primeira vez com uma maioria de centro-direita na Assembleia da República. Mas Eanes, será ele convidado por essa maioria para proferir o seu discurso (o seu tradicional «discurso tomba-governos») no Parlamento? E — seja em S. Bento ou fora daí — que discurso será o seu?

Como decorrerão as comemorações do 25 de Abril? Quem estará no primeiro plano da organização: Conselho da Revolução, como anteriormente, ou Governo, ou os dois órgãos de soberania? E em conflito ou em colaboração? A atitude que Eanes entenda tomar será decisiva.

Dentro da instituição militar aqueles que se preocupam mais com o significado genérico das celebrações do que com as jogadas específicas da pequena política preparam já as comemorações, a que este ano querem dar uma dimensão que ultrapasse a de anos anteriores. Como reagirá Eanes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas?

Abril será o mês em que a AD definirá a sua estratégia em relação a Eanes. Nesta ocasião, não são de excluir aforismos, no seio da maioria parlamentar, derivados da posição dos reformadores.

Estes parecem, aliás, já pouco conformados com o curso de alguns acontecimentos. Embora seja visível a preocupação de não provocar um confronto prematuro, não passou em claro a crítica contida a Freitas do Amaral por um colonista que exprime habitualmente pontos



Mário Soares com Lopes Cardoso  
Reaproximação em curso?

de vista muito próximos dos de Medeiros Ferreira.

Nessa ocasião, estarão já amadurecidas, porventura, as predisposições da esquerda em relação à candidatura presidencial. De resto, presentemente, grupos de pressão medem já forças para colocar os seus favoritos na «grelha de partida».

Sendo certo que Otelo se voltará a propor, o PCP deverá escolher um candidato com um perfil que reduza, na primeira volta, a margem de manobra do «homem da FUP», não se apresentando à segunda volta. É na área que vem sendo chamada do socialismo democrático que está em curso a maior fermentação.

O próximo encontro de um grupo de católicos com Lurdes Pintasilgo, não constituindo expressamente um acto de lançamento da ex-primeiro-ministro, não pode ser considerado também desligado desses propósitos (de resto, segundo sabemos, estranhos à própria). Em termos de opinião pública, Lurdes Pintasilgo saiu com desgaste menor do que se pretende em alguns círculos políticos. E mesmo alguns erros que, sem dúvida, foram cometidos pelo V Governo e pela sua chefe, já foram relevados pelo relançamento que a decisão persecutória do VI Governo lhe proporcionou.

De qualquer forma, é o projecto da candidatura de Ramalho Eanes que começa a reunir melhores condições, sobretudo em resultado da subida dos sectores que lhe são favoráveis no interior do PS, após a última comissão nacional. Cada vez se afigura como mais evidente que os socialistas poderão querer compensar a perda da maioria parlamentar com a vitória de uma maioria presidencial à qual se encontrem associados.

A questão presidencial é o ponto fundamental de 1980 e Eanes não poderá adiar demasiadamente o actual estado de imobilização. Mesmo que suprimindo vias diversas a esquerda terá de assentar numa estratégia concertada.

A menos que, na vida política nacional, se registre mais uma das reviravoltas em que por vezes é fértil, a impraticabilidade de, «em tempo útil», o PS se aproximar de qualquer das principais componentes da AD afasta a possibilidade dos socialistas serem em leilão a valiosa moeda «candidatura Eanes».

Eanes poderá, pois, aparecer, mais uma vez, como candidato «suprapartidário», com a sugestão de que é o «homem das Forças Armadas» onde continua a ser a figura polarizadora (e sobretudo pacificadora ou mediadora, no caso da apresentação de Otelo e de um outro militar pela AD), surgindo a catalisar o capital de credibilidade que as sondagens de opinião continuam a atribuir-lhe.

Evidentemente que tudo isto, por enquanto, não passa de especulações, com algumas componentes desconhecidas. Mas algumas certas existem. E uma delas é que Ramalho Eanes e Maria de Lurdes Pintasilgo nunca emergirão em disputa, sendo o mais provável que a ex-primeiro-ministro apareça a dispensar um não desprezível apoio à recandidatura do actual Presidente.

## 3. À esquerda algo de novo

Estes devaneios sobre o futuro próximo não nos devem fazer esquecer o que já pode ser contabilizado como em fase de aquisição. Com efeito, nos últimos dias, e de acordo com a tendência que «O Jornal» foi o primeiro a referir, desenhava-se a constituição de uma plataforma eleitoral socialista democrática. Enquanto na extrema-esquerda se assiste a um reagrupa-

mento que poderá ou não beneficiar os socialistas, (não está excluída a hipótese de acordos com o PS ou de desistência a favor de Eanes) traduzido na formação da FUP, verifica-se uma espectacular e rápida aproximação PS-UEDS, acompanhada da concretização da tendência para a previsível concertação PS-ASDI. A reunião da comissão nacional do PS no Porto; a entrevista de Vítor Constâncio e o artigo de Joel Hasse Ferreira em «O Jornal»; as importantes entrevistas de Sousa Franco e Lopes Cardoso ao «Portugal Hoje»; encontros não oficiais entre dirigentes de uma e outra organização — eis alguns dos marcos fundamentais deste «reencontro». Nas eleições do próximo Outono o trio Mário Soares-Sousa Franco-Lopes Cardoso poderá ser a réplica ao que foi em Dezembro o painel Carneiro-Amaral-Ribeiro Teles.

Mas uma outra personalidade, mesmo que não integrada numa organização política, poderá aparecer em primeiro plano, ao lado dessas personalidades do «socialismo democrático». Referimo-nos a Lurdes Pintasilgo, que poderá ser, como alguém nos dizia, um traço de união entre os vários sectores da esquerda.

Por outro lado, para além das organizações já referidas, um PS que saiba definir com maior clareza e menos ambiguidades a sua linha e estratégia política poderá ser apoiado por outros pequenos agrupamentos como o MSD e a BASE-FUT (também a participar como observador na discussão do projecto da FUP) e sobretudo muitos independentes que se têm mantido fora da órbita dos partidos políticos.

A importância de agrupamento políticos ou grupos de cidadãos ultrapassa frequentemente o significado numérico, dadas as qualidades de militância ou a implantação em meios determinados, como o sindical.

De resto, os contributos exteriores poderão revelar-se especialmente valiosos para o PS sobretudo no domínio sindical, onde é indispensável uma alternativa, mesmo que não representando uma exclusão da orientação sindical agora amplamente dominante.

Esses contributos poderão reflectir-se, acima de tudo, na capacidade para retomar a ofensiva política que a esquerda detinha, apesar da sua fraqueza organizativa, antes do 25 de Abril, e após essa data até 1976. O «espaço da esquerda democrática» de que nos falava Vítor Constâncio terá como primeira tarefa anular a militância de direita, esse assinalado facto novo que as eleições de 1979 consagraram. «Como responsável a nível do secretariado pelo pelouro das eleições, quero transmitir o empenho da direcção política do partido em iniciar a recuperação eleitoral do PS, meta que, por muito difícil que seja, não deixa de ser fundamental» — escrevia ontem António Gueterres na «Acção Socialista».

Palavras francamente confiantes num homem habitualmente muito prudente.

O reverso de uma não recuperação será a continuação da «queda livre» do PS e a «italianização» da política portuguesa.

Para a ASDI e a UEDS o fundamental não se deixarem contar. A alternativa para um malogro da aproximação com o PS é o desaparecimento puro e simples.

Os erros do VI Governo, mesmo que continuem, não fornecerão perspectivas de mudança, se a esquerda não se apresentar em bloco com um mínimo de solidez, de credibilidade e de seriedade, apoiado num projecto presidencial que reforce o entendimento atingido.